



## Institucionalização da religião: o *design* conferido à Convenção Batista Brasileira (1907-1908)

Institutionalization of religion: the design conferred to the Brazilian  
Baptist Convention (1907-1908)

Pedro Henrique Guimarães Teixeira Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar o formato conferido à Convenção Batista Brasileira (CBB), a partir de 1907, ano de fundação da instituição, através de análises das seções em quais a CBB foi segmentada. Tal fenômeno será caracterizado como um movimento de institucionalização da denominação batista no Brasil com o objetivo de tornar os esforços empreendidos até o momento em um grupo religioso coeso e coordenado. Ademais, analisaremos o desenho institucional atribuído a CBB, mais especificamente, como a organização foi distribuída em setores e como esses setores atuavam em relação aos pastores e as igrejas locais.

**Palavras chave:** setorização; institucionalização; Convenção Batista Brasileira

**Abstract:** The objective of the article is to analyze the format given to the Brazilian Baptist Convention (CBB), from 1907, the institution's founding year, through analyzes of the sections in which the CBB was segmented. Such phenomenon will be characterized as one as an institutionalization movement of the Baptist denomination in Brazil with the objective of turning the efforts undertaken so far into a cohesive and coordinated religious group. In addition, we will analyze the institutional design attributed to CBB, more specifically, how the organization was divided into sectors and how these sectors would act in relation to pastors and local churches.

**Keywords:** sectorization; institutionalization; Brazilian Baptist Convention

### Introdução

O artigo que se inicia aqui terá por objetivo descrever a instituição que foi criada para centralizar os esforços batistas que se espalharam pelo Brasil no último quartel do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a Convenção Batista Brasileira (CBB), e caracterizar o desenho organizacional que a CBB recebeu em relação às suas atividades no período.

A fundação da CBB não significou apenas uma institucionalização de um movimento religioso. Tampouco trata-se apenas de um sistema de gestão de uma seita, mas, principalmente, foi um impulso em direção à autonomia e à identidade

---

<sup>1</sup> Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV. Bacharel em Ciências Sociais pelo CPDOC-FGV (2015) e licenciado em História pela mesma instituição (2016)

batista brasileira, tanto em relação aos batistas americanos, que implantaram a denominação<sup>2</sup>no Brasil, quanto ao sistema religioso brasileiro, de forma que “constitui, portanto, o primeiro passo maior na nacionalização dos batistas brasileiros e na busca de uma verdadeira autonomia como denominação nacional” (REILY, 2003, p.178).

Nos primeiros anos do século XX, os batistas já haviam aberto igrejas, algumas escolas primárias, um seminário e editavam algumas publicações em diversas regiões do país. Desde a chegada do primeiro missionário batista americano ao Brasil, em 1881, o trabalho batista vivenciava crescimento em suas primeiras décadas. A empreitada batista no país já não era apenas uma missão como outrora e era visto como um empreendimento fixo e bem estabelecido.

É possível perceber que a denominação batista no Brasil crescia internamente e já atraía a atenção de batistas estrangeiros. O período entre 1882, o início da missão batista no Brasil, e a primeira década do século XX foi marcado pelo crescimento numérico e ao alargamento geográfico dos pontos de pregação e igrejas. Em matéria escrita em 1907 no *ForeignMissionJournal*<sup>3</sup>, Zacarias Taylor, um dos pastores batistas pioneiros a vir ao Brasil, afirmou que os “relatórios mostram cerca de 100 igrejas e 5000 membros em todo Brasil” (FOREIGN MISSION JOURNAL, 1907b, p.81) (tradução nossa). Ademais, no mesmo período, começaram a surgir convenções estaduais<sup>4</sup>, as quais já se coordenavam e gerenciavam as igrejas locais, dando certo suporte a algumas atividades comuns entre igrejas e à cooperação mútua regional. Entretanto, como Mesquita afirma, os batistas já haviam identificado a carência de uma instituição que coordenasse os programas evangelístico e educacional em nível nacional e internacional, um órgão que reunisse as aspirações esparsas das mais distantes igrejas de forma que todas se sentissem incluídas, pois

na maior parte dos campos missionários daquela época, ou missões como eram chamados, já haviam organizações vazadas nos moldes das nossas convenções atuais, mas faltava-lhes a amplitude do programa das de hoje, limitando-se aos problemas locais (MESQUITA, 1962, p.19).

<sup>2</sup> As denominações são os diferentes grupos que se consideram “protestantes” ou “evangélicos”. Tais quais os batistas, no mesmo período estavam sendo inseridos no Brasil presbiterianos, metodistas, congregacionais, luteranos, entre outras.

<sup>3</sup> Publicação mensal da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos a respeito das iniciativas de expansão batista fomentados pela instituição em todo o mundo.

<sup>4</sup> Os batistas brasileiros foram organizados em convenções, as quais eram grupos de igrejas agrupados por sua localização geográfica. Primeiro surgiram as convenções estaduais e depois a CBB, objeto principal de estudo desse texto.

As principais fontes sobre o surgimento da CBB (PEREIRA, 2001; MESQUITA, 1962) citam Arthur Berriah Deter, missionário oriundo do Missouri, Estados Unidos, como o idealizador da Convenção nos moldes em que foi fundada. Deter chegou ao Brasil em meados de 1901 enviado pela Junta de Richmond<sup>5</sup>, a fim de ajudar William Bagby<sup>6</sup> no estado de São Paulo.

Helen Bagby, filha do casal pioneiro, à época com três anos de idade, afirmou posteriormente que “em julho de 1901, chegou a São Paulo o casal A. B. Deter, trazendo rara energia e entusiasmo. Aprendeu a língua sem demora e, depois de cinco meses, mudou-se para Campinas, onde achou uma nova igreja” (HARRISON, 1987, p.64). Deter tornou-se influente nos círculos batistas nacionais rapidamente. Conta-se que a ideia de uma convenção nacional surgiu em uma conversa entre William Entzminger, missionário editor d’*O Jornal Batista*, e Deter. O primeiro imaginava uma organização que reunisse os missionários, como houvera em 1892 (PEREIRA, 2001, p.141), enquanto o segundo preferia uma instituição que agrupasse todos os esforços batistas brasileiros. A discordância entre os dois missionários impediu que o projeto se desenvolvesse nos anos seguintes. Os fatores decisivos para a efetivação do plano foram o adoecimento e o retorno aos Estados Unidos de Entzminger, depois substituído por Deter na direção da Casa Publicadora Batista e na edição do jornal. Deter, após tais eventos, encontrou-se com Salomão Ginsburg e Zacarias Taylor, até que este último sugeriu a criação de uma convenção de batistas brasileiros.

Uma convenção nesses moldes já havia sido esboçada em 1894, no Rio de Janeiro por outro missionário, chamado Salomão Ginsburg. Sua ideia era criar uma associação de igrejas batistas brasileiras. Tal ideia não foi possível no momento, mas, como primeira iniciativa foi concebida “uma pequena Convenção de igrejas do Rio, Estado do Rio e Estado de Minas” (PEREIRA, 2001, p.141). A organização foi chamada de Associação Batista do Sul do Brasil (ou Associação Evangélica Batista), mas efetivamente pouco se tem documentado sobre ações envolvendo a instituição.

A. B. Deter fazia parte da Associação em 1906, quando escreveu aos responsáveis da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento da denominação no Brasil, dizendo que “este ano tem sido para nós

---

<sup>5</sup> Setor da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos responsável por fomentar e gerenciar as atividades missionárias da instituição ao redor do mundo.

<sup>6</sup> William e Anne Bagby foram os primeiros missionários batistas enviados ao Brasil, em 1881, pela Junta de Richmond para iniciar o processo de implantação batista no país.



um ano de transição de governo estrangeiro para governo doméstico” (MESQUITA, 1962, p.20). O missionário idealizava uma instituição de unificação da agenda batista brasileira de forma que o protagonismo nas decisões e atividades batistas passasse dos missionários estrangeiros para os líderes nativos. E nesse mesmo ano já havia convencido os principais líderes da denominação à época de que uma nova convenção se fazia necessária. Os pastores Zacarias Taylor, da Bahia, Salomão Ginsburg, de Pernambuco, e William Bagby, de São Paulo, já comungavam da mesma ideia. A exceção era o pastor brasileiro Francisco Fulgêncio Soren, pastor da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, o qual não concordou alegando o mesmo argumento de Entzminger, que a convenção deveria ser composta pelos missionários estrangeiros e não de brasileiros. Segundo Mesquita, Soren só foi convencido pois Deter enviou correspondências para pastores de todas as regiões do Brasil convencendo-os da ideia e pedindo que repassassem a proposta ao pastor carioca (MESQUITA, 1962, p.20).

As distâncias e a escassez de recursos financeiros tornaram-se obstáculos a uma reunião de líderes e pastores de todo o país, já que cada participante deveria custear suas despesas. A igreja sede propôs fornecer hospedagem gratuita e os transportes dentro da cidade de Salvador aos visitantes (FOREIGN MISSION JOURNAL, 1907b, p.81). Salvador foi escolhida como sede pois era a central do trabalho batista no Brasil até o momento, era onde se localizava a matriz católica do país e era mais acessível tanto aos que vinham das grandes cidades e dos rincões do país. A preparação para a assembleia foi extensa, acontecendo também reuniões regionais que filtrassem os assuntos pertinentes a reunião nacional, de forma que pautas locais ou de pouca relevância não tomassem espaço na agenda do evento (MESQUITA, 1962, p.25). As expectativas para o encontro eram grandes e mobilizavam toda comunidade batista brasileira. William Bagby escreveu, como pioneiro da evangelização batista no Brasil, ao *Foreign Mission Journal*, um relato sobre os anseios dos missionários quanto à reunião:

Nós estamos ansiosos para um grande e excelente encontro na Bahia neste mês. Esperamos que reunamos forças e organizemos o trabalho espalhado por todo Brasil. Temos uma nobre equipe de missionários nesse país (o que escreve, certamente, de fora), e Deus está graciosamente abençoando seu trabalho. Não conheço nenhum ruído entre eles (FOREIGN MISSION JOURNAL, 1907a, p.53). (tradução nossa)

## A efetivação da Convenção Batista Brasileira

A primeira assembleia da Convenção Batista Brasileira foi aberta em 22 de junho de 1907, no prédio da Primeira Igreja Batista da Bahia. A chamada foi feita contendo 43 representantes de 39 igrejas. Os estados representados foram Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Piauí e São Paulo (AMARAL, 2001, p.172).



*Delegados da Primeira Convenção (FOREIGN MISSION BOARD, 1907b, p.80).*

Durante os trabalhos, foi eleita a primeira diretoria da organização. Escolhida por unanimidade, foi composta por Francisco Soren, do Distrito Federal, como presidente; Joaquim F. Lessa, do Estado do Rio, como 1º Vice-Presidente; João Borges da Rocha, de Recife, como 2º Vice-Presidente; Theodoro Rodrigues Teixeira, do Distrito Federal, como 1º Secretário; M. Sampaio, da Bahia, como 2º Secretário e Zacarias Taylor, da Bahia, como Tesoureiro. Pode-se perceber que a tendência de nacionalização da liderança batista foi levada em conta na eleição da primeira diretoria, na qual apenas o tesoureiro não era brasileiro. Com certeza a tesouraria era uma seção muito importante da instituição, especialmente porque os batistas ainda não dispunham de muitos recursos financeiros no período e precisavam ser austeros em relação as finanças denominacionais, mas já podemos perceber certa tendência de nacionalização da liderança.

Além disso, a assembleia aprovou a Constituição Provisória da Convenção das Igrejas Batistas do Brasil, a peça oficial de fundação e regimento da instituição que estava sendo montada. Selecionaremos alguns dos pontos mais relevantes do

documento para a presente pesquisa. Em primeiro lugar, a Constituição afirma que a função da organização que estava sendo criada era “unir todas as forças batistas do Brasil em uma organização nacional maior, para o desenvolvimento e eficácia da pregação do Evangelho de Jesus Cristo” (CBB APUD REILY, 2003, p.178), ou seja, se tratava claramente de uma instituição para gestão e aproximação dos esforços evangelísticos da denominação.

A participação das igrejas na Convenção estava condicionada à contribuição financeira com a instituição, que, de acordo com a contribuição, poderia receber um ou mais delegados da contribuinte na assembleia anual:

Art. 3º - A Convenção compõe-se de irmãos que contribuam, ou que sejam enviados por corporações que contribuam para a manutenção do trabalho regular da Convenção, na proporção de um mensageiro por cada 50\$000 entregues ao tesoureiro da junta sob direção da Convenção, durante cada ano financeiro próximo findo; e também se compõe de mensageiros de cada organização missionária geral, composta de igrejas batistas da mesma fé e ordem (CBB APUD REILY, 2003, p.178).

Pode-se perceber que a Convenção já criava os limites de cada igreja local, no texto chamadas de “corporações”, nas decisões institucionais, embora tenha sido claramente expresso que a organização tomaria todas as suas resoluções “respeitando-se a soberania das igrejas e igualdade de direitos umas para com as outras” (CBB APUD REILY, 2003, p.178). A existência da Convenção e os limites de cada comunidade e representante nas deliberações gerais não poderiam ferir os princípios fundamentais batistas da liberdade do indivíduo e da igreja local. Inclusive as instituições batistas missionárias, como Juntas e entidades ligadas diretamente às igrejas locais ou às convenções estaduais, chamadas pelo termo “organizações missionárias gerais”, poderiam enviar representantes para as assembleias da CBB.

A Convenção elegeu dois grupos de representantes decisivos no prosseguimento da reunião e na divisão de cargos e responsabilidades. A primeira comissão era chamada de Comissão de Programa, formada por William Bagby, Salomão Ginsburg, Arthur Deter e Zacarias Taylor, os articuladores da instituição. Tal representação era responsável por gerir os prosseguimentos e o desenvolvimento da reunião, ou seja, se tratava de um comitê organizador da assembleia, uma mesa diretora.

Além dessa, foi escolhida a Comissão de Indicações, ou Comissão Central, que analisava os nomes indicados para cada cargo segundo as qualificações, perfil e habilidades de cada candidato, formada por William Bagby, Zacarias Taylor, Salomão Ginsburg, Theodoro Rodrigues Teixeira<sup>7</sup> e Daniel Frank Crosland<sup>8</sup>. Tal comitê fazia uma triagem dos candidatos ao cargo, indicando ou excluindo concorrentes do pleito por questões de perfil e enquadramento institucional. De certa forma, já podemos localizar, através da atuação dessa comissão, uma sobreposição da centralização ao princípio democrático batista, no sentido de que os candidatos não poderiam livremente concorrer a determinados cargos sem que seus nomes passassem pela aprovação da Comissão de Indicações.

Segundo Mesquita, foi enviado a Afonso Pena, então presidente da República, um telegrama contendo a seguinte mensagem: "A primeira Convenção Batista Brasileira, comemorando o 25º aniversário da entrada dos primeiros evangelizadores no território nacional, felicita a nação em V. Ex., fazendo votos a Deus pela prosperidade e grandeza do Brasil, (aa) Bagby e Taylor" (MESQUITA, 1962, p.25). Não se tem relato de resposta, entretanto, tal atitude por parte dos líderes denominacionais no momento pode caracterizar um desejo de aproximação da instituição às autoridades republicanas, ainda mais que os batistas foram entusiastas da instauração do regime republicano no Brasil por julgarem que as democracias republicanas favoreciam a liberdade religiosa, valor fundamental dos batistas. Talvez por essa tentativa de manter boas relações com autoridades civis que Mesquita também tenha relatado que a primeira Convenção tenha tido boa receptividade e assiduidade:

Pelas atas que temos, e informações vindas de várias fontes, a Convenção foi honrada com a presença de representantes das classes armadas, do país, altas autoridades civis, institutos de ensino, etc., ao mesmo tempo que o povo em geral saudava com a sua presença a grande companhia batista (MESQUITA, 1962, p.26)

---

<sup>7</sup> Theodoro Rodrigues Teixeira (1871-1950) foi um dos leigos mais influentes das primeiras décadas dos batistas no Brasil. Foi por várias décadas secretário de redação de *O Jornal Batista*, onde assinava uma famosa coluna intitulada "Perguntas e Respostas", onde TRT, como assinava no jornal, dialogava com os leitores e respondia questionamentos enviados ao jornal sobre a Bíblia. Foi diácono da Primeira Igreja do Rio de Janeiro e membro fundador da Segunda Igreja Batista do Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Missionário oriundo da Carolina do Sul, enviado ao Brasil pela Junta de Richmond em 1905. Crosland passou os cinco primeiros anos de seu ministério no Brasil servindo no Rio de Janeiro. Depois de 1911, foi enviado para Minas Gerais e Goiás. Fundou diversas igrejas em cidades do interior mineiro e goiano, além de ter assumido cargos denominacionais. Faleceu em Belo Horizonte, no dia 28 de dezembro de 1947, com 76 anos de idade.

Notícias sobre a Convenção Batista Brasileira foram veiculadas em algumas publicações, tanto denominacionais quanto seculares. O *ForeignMissionJournal* noticiou que a Sociedade Bíblica Americana e a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira presentearam a nova instituição com caixas de bíblias e tratados teológicos. Além disso, o jornal publicou a recepção dos batistas brasileiros a doação enviada pelo secretário da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos de quatrocentos mil dólares, valor esse recebido na reunião convencional e exposto “para o deleite de todos” (FOREIGN MISSION JOURNAL, 1907b, p.81).

O *Jornal Batista*, que foi usado como veículo de campanha para a realização da Convenção, acompanhou todo o processo dos trabalhos da assembleia e as repercussões da reunião na denominação. Em 4 de julho de 1907, Theodoro Rodrigues Teixeira escreveu longa coluna sobre o evento, dando um panorama das atividades, das discussões, das diretrizes e decisões tomadas na assembleia. Segundo o cronista, a Convenção havia sido bem-sucedida pois

o resultado desta 1ª Convenção foi além da expectativa de todos. Sentiu-se que o Espírito do Senhor estava sobre nós, e apareceu-nos pela primeira vez, como nunca antes, como é que as igrejas batistas independentes e soberanas, segundo os preceitos da Escritura, se unem e cooperam na difusão do Evangelho de Jesus Cristo, em obediência ao Mestre que disse: Ide por todo mundo e pregai o Evangelho a todaa criatura. O regime democrático batista é o regime por excelência porque é o regime divino. Sem uma alta corte, sem uma cabeça visível, sem uma corporação que legisle sobre as igrejas batistas, os batistas se unem nas empresas mais estupendas, como sejam missões, colégios, hospitais, etc. É assim que são governados cinco milhões de batistas nos Estados Unidos, quase meio milhão na Inglaterra, etc. Assim em todo o mundo, assim estamos fazendo aqui. Os batistas se reúnem e combinam operar juntos, por isso se chamam convenções: convenções distritais, convenções estaduais, convenções nacionais, etc. (O JORNAL BATISTA, 1905, p.2).

A convicção de que a Convenção estava sendo fundada sob as bases democráticas da tradição batista enchia os participantes de esperança de que a instituição prosperaria. Para os fundadores, tal eclesiologia – ou seja, a forma de se gerir uma instituição religiosa – não se tratava apenas de uma escolha fundamentada em noções e sistemas humanos ou sociais de organização, mas em princípios divinos, orientados por Deus. A eleição democrática da liderança não representava apenas a participação dos votantes e dos representantes na escolha dos diretores, mas também a eliminação de um sistema clerical ou hierárquico que, segundo os batistas do período, era nocivo à autonomia do indivíduo, das instituições e igrejas locais, e, portanto, contrário ao “regime divino”. Além disso,



segundo a tradição, os batistas brasileiros consideravam as experiências americana e inglesa de democracia institucional bem-sucedidas, as quais poderiam ser plenamente replicáveis no Brasil.

Assim também enxergaram as instituições batistas americanas sobre a fundação da CBB, que veicularam relatos e notícias em suas revistas e jornais. O *ForeignMissionJournal* publicou, em setembro de 1907, uma crônica escrita por Zacarias Taylor sobre a assembleia realizada. O missionário descreveu as atividades da Convenção e considerou-se satisfeito pelas resoluções. Abaixo destacaremos um excerto do texto:

Nossa primeira Convenção Batista Brasileira foi um glorioso sucesso. Todos os missionários e todas as missionárias estiveram presentes, a não ser cinco [...]. Enviamos telegramas a vocês e ao Presidente do Brasil. Sua resposta chegou do Kentucky (Mayfield) dois dias depois. Foram feitos convites a todas as autoridades civis e militares, a diretores de escolas etc. O Governador recebeu bem a comissão enviada a ele. [...] Todos os jornais da cidade publicaram o processo da Convenção. Multidões se reuniram nos encontros e uma velha Bahia foi despertada como nunca antes [...] Nós adotamos a Constituição da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos provisoriamente, a ser alterada para se adequar o espírito de uma nova causa e uma nova terra. Não houve um voto negativo ou uma nota baixa durante a Convenção 9FOREIGN MISSION JOURNAL, 1907b, p.80-81). (tradução nossa)

Muito além de ser concebida como um instrumento de uma denominação para seu crescimento numérico e simbólico ou de uma gerência administrativa das igrejas, o trecho acima nos mostra que a Convenção Batista Brasileira também foi concebida para ser a corporação principal de relação dos batistas com o Estado e com a sociedade civil. Podemos perceber tal característica da instituição tanto quando envia saudações ao presidente do Brasil, chefe de Estado em posse no momento, quanto pela repercussão da criação da CBB nos jornais.

No Anuário de 1908 da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, relatório que tratava sobre as atividades do ano anterior, foi exposto outro comentário sobre a fundação da CBB. O tom do texto é otimista quanto a organização e seus avanços. O relatório afirma que

a organização da Convenção Batista Brasileira em junho passado indica o movimento para a frente da nossa causa nessa terra. Os batistas brasileiros estão começando a perceber que têm uma dívida de amor às multidões não evangelizadas em seu próprio e outros países da América do Sul, e sob a sábia liderança de nossos missionários, eles estão buscando por cultura, consagração e organização se equipar para as grandes tarefas que estão diante deles. A Faculdade Batista do Rio de Janeiro teve um começo esperançoso. Nossa Editora está provando ser uma agência evangelística mais potente. As escolas da missão foram bem atendidas e estão crescendo em favor popular. Muitas novas estações foram abertas e muitas novas igrejas organizadas. Mil e oitenta e sete batismos foram relatados no ano

(ANNUAL OF THE SOUTHERN BAPTIST CONVENTION, 1908, p.96) (tradução nossa)

Como se tratava de um resumo das atividades batistas no Brasil em 1907, muito provavelmente tal comentário fazia parte de um relatório enviado pelos missionários no Brasil à Junta de Richmond. Afirmamos isso pois Harvey Harold Muirhead, missionário americano chegado no mesmo ano, escreveu um texto sobre suas primeiras impressões ao chegar no Brasil no mesmo relatório. O texto começa declarando que “o irmão Ginsburg insiste que eu adicione a esse relatório algumas de minhas primeiras impressões”<sup>185</sup> (tradução nossa), ou seja, quem coordenava o dossiê sobre os trabalhos batistas no Brasil era Salomão Ginsburg, missionário no Brasil. Apesar de ser uma publicação da *Southern Baptist Convention*, possivelmente as informações eram todas vindas dos missionários no Brasil e sofriam ajustes ao chegarem aos publicadores americanos, o que pode implicar em algumas imprecisões em relação à veracidade dos números, fatos, silêncios e discursos da publicação, muito embora seja uma ótima fonte para a pesquisa. Além disso, tal atitude por parte dos batistas americanos quanto às informações veiculadas em suas próprias publicações pode sugerir uma confiança em relação aos brasileiros quanto ao que acontecia na missão no Brasil.



Grupo Geral da 1ª Convenção B. Brasileira. Bahia, 1907, onde nasceram as Juntas de Mis. Nacional e Estrangeira - Arquivo Betty Antunes de Oliveira, Curitiba, Paraná

### **O design da CBB: as juntas setoriais**

A partir de agora trataremos das subdivisões institucionais projetadas para a CBB logo em sua fundação, durante a assembleia de 1907, as chamadas “juntas”. Concordamos com Antônio Neves de Mesquita quando escreveu que “a vida da Convenção poderá melhor ser vista através das suas várias juntas” (MESQUITA, 1962, p.26), na medida em que as Juntas foram os braços organizacionais da instituição e a forma pela qual a entidade se relacionou com suas bases. De certa forma, o esqueleto institucional da denominação foi lançado na primeira assembleia e pouco foi alterado depois. Inclusive as Juntas, que, exceto por mudanças nos nomes ou na aglutinação de uma a outra, passaram apenas por transformações suaves com o passar do tempo. Por exemplo, em 1937, trinta anos após a fundação da CBB, Mesquita afirmou que “a Constituição adotada é a mesma, com ligeiras emendas, que a prudência e experiência mandaram fazer. As organizações geradas na Convenção ainda operam mais ou menos nos mesmos moldes” (MESQUITA, 1962, p.26).

A Convenção foi fundada com seis juntas, que logo se tornaram cinco por aglutinação. As juntas iniciais foram: Junta de Missões Nacionais, Junta de Missões Estrangeiras, Junta de Mocidade Batista, Junta de Escolas Dominicais, Junta de Educação e Seminário e Junta da Casa Publicadora. Cada uma dessas juntas era responsável por gerenciar uma parte do trabalho batista e trazê-lo à tutela da CBB, que, a partir de então, coordenaria todas as iniciativas batistas antes dispersas e autônomas. Os princípios da autonomia do indivíduo e da igreja local colaboraram para que diversos tipos de empreendimentos iniciados por membros de igrejas batistas ou pelas próprias igrejas fossem abertos em nome dos batistas no geral, como denominação, mas com pouco potencial de generalização ou de expansão. Durante os primeiros vinte e cinco anos de presença batista no Brasil esse foi o padrão de atuação. A título de exemplo, diversos jornais haviam sido criados para serem porta vozes das igrejas locais, entretanto nenhum deles tinha abrangência nacional nem apoio generalizado. Eram publicações regionais muito restritas as regiões onde haviam sido abertas.

Com a fundação da CBB, uma nova categoria entra em cena em relação ao grupo religioso batista: a “denominação”. Agora institucionalizados, com uma organização central na qual, pelo menos teoricamente, todos poderiam participar da

tomada das decisões e acessar os mais distantes rincões do território nacional, os batistas poderiam ver-se como um grupo mais coeso em suas atividades, até então espalhadas e pouco coordenadas entre si e, por isso, a narrativa da existência de uma “denominação”, ou seja, de uma comunidade harmônica e em sintonia orientada por um corpo doutrinal e, especialmente, uma instituição central, teria mais permeabilidade. Entrou em cena nesse período também a categoria “homem da denominação”, que se tratava do pastor ou obreiro que dedicava sua atuação para o crescimento da denominação, que tinha cargos nas instituições e era delas representante. O imperativo dos “homens da denominação” e de suas instituições era levar todas as igrejas e membros a cooperar com a CBB e com suas juntas para que os batistas pudessem trabalhar uniformemente. Nesse sentido, o discurso dessas lideranças denominacionais foi a centralização em torno da Convenção.

Os “homens da denominação” não eram chamados assim à toa. Eram sempre homens. Embora outras denominações protestantes, especialmente pentecostais, fossem mais rigorosas quanto à participação feminina nos cultos, os batistas eram uma comunidade religiosa muito segregadora em relação ao gênero de seus membros e onde cada gênero poderia atuar (ARAUJO, 2015, p.15-51). Homens podiam alcançar certas posições e certos ofícios que as mulheres não poderiam. Um desses, e talvez o mais importante dentro da hierarquia batista, era o do pastorado. E os “homens da denominação”, via de regra, eram pastores. Além disso, essa categoria sempre era aplicada a alguém que possuía confiança tanto da liderança da CBB quanto da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, em geral pastores americanos.

Os brasileiros que se tornaram “homens da denominação” no período, como Francisco Soren e Antônio Neves de Mesquita, haviam estudado nos Estados Unidos em instituições batistas, de forma que gozavam de certo prestígio frente aos americanos e, por consequência, aos brasileiros. Portanto, em linhas gerais, os “homens da denominação” eram pastores americanos ou intimamente ligados as instituições batistas americanas, muito engajados com as atividades da CBB e que tivessem credibilidade para exercerem cargos denominacionais.

Se tomarmos em perspectiva a história da denominação batista até 1907, especialmente a tensão entre a autonomia das igrejas locais e a necessidade da fundação de uma instituição de caráter nacional que organizasse as demandas locais,

podemos perceber que a fundação da CBB gerou um movimento em tal eixo. Quando da chegada dos primeiros missionários no Brasil, a partir de 1881, e o crescimento paulatino das igrejas e das primeiras instituições, a tônica do momento era o discurso da liberdade do indivíduo, da autonomia do cristão e da soberania da consciência individual. Nessa direção as primeiras igrejas foram formadas, segundo as ambições e os interesses de seus fundadores, tomando suas próprias decisões e agindo segundo o curso de seus anseios. Assim também aconteceu com as primeiras instituições e os primeiros jornais. Inclusive a focalização na autonomia era interessante no momento pois geraria um sentimento nos convertidos de urgência na pregação e evangelização do país. Era preciso que se formasse o arquétipo do indivíduo batista ativo, que produzisse para a causa, que tivesse a iniciativa de assumir sua fé em um contexto hostil ao diferente. A autonomia e a proatividade individual e institucional eram vantajosas para um movimento tão incipiente e sem bases como os batistas eram no momento. Além disso, tal discurso, que enfatizava a competência da alma no relacionamento com Deus, era um apelo muito efetivo aos que viam a hierarquia clerical católica como um entrave a uma espiritualidade mais direta e sem mediadores. Nesse sentido, a liberdade individual era muito eficiente para o discurso batista.

Os poucos esforços de cooperação e colaboração que existiam se davam em torno do relacionamento pessoal que os missionários tinham entre si. No entanto, não havia uma instituição que fizesse tal cooperação funcionar por bases jurídicas, protocolares e institucionais. Por essa perspectiva, a fundação da Convenção Batista Brasileira, nos moldes em que ela foi pensada e desenhada, foi um evento único na história da denominação batista, pois as decisões e as deliberações de toda uma diversidade de igrejas, que antes eram desconectadas e dispersas – e conduzidas segundo o conselho de seus líderes – agora passariam a ser tomadas por uma direção unificada e especializada. Além disso, as igrejas, que antes precisavam produzir seus materiais de literatura cristã, livros, folhetos e preparar a liturgia dos cultos, agora passavam a receber esse tipo de material pronto da CBB.

Houve, portanto, um deslocamento do princípio da autonomia para a necessidade da cooperação e da centralização dos entes autônomos que pouco colaboravam entre si. Se pensarmos por tal perspectiva, podemos sugerir um postulado teórico baseado no caso concreto disposto acima, a saber o da mudança

que a liberdade e autonomia das igrejas sofreram a partir da necessidade de uma instituição como a CBB. Na experiência batista, o valor da autonomia, princípio formativo da denominação, foi severamente afetado pela carência de uma gerência denominacional, materializada na CBB. Isso não significou a derrocada ou o esquecimento do valor liberal da tradição batista brasileira, mas impôs ao princípio novos contornos de aplicação de tal princípio aos fiéis de forma prática. A partir da CBB, as definições de liberdade para o grupo tiveram de se adaptar à existência e à atuação de uma instituição centralizadora. Portanto, em termos teóricos, mesmo os valores mais pétreos e fundamentais sofreram interferências causadas pelas conjunturas social, econômica, política e histórica.

A partir de agora verificaremos qual foi o desenho institucional projetado à Convenção Batista Brasileira a partir de sua fundação, em 1907. A primeira das subdivisões da Convenção a ser criada foi a que se dedicaria à evangelização no território brasileiro, anteriormente chamada de Junta de Evangelização Nacional e depois de Junta de Missões Nacionais (MEIN, 1982, p.262). Foi eleita uma Comissão de Missões Nacionais para produzir um relatório e uma proposta na Convenção de 1907 que dizia:

Não podemos ficar estacionários. Como denominação temos que avançar, porém avançar com método, em ordem e acima de tudo, unidos. [...] Para realizar o alto *desideratum* que nos está proposto, isto é, conquistar o Brasil para Cristo, a comissão apresenta à convenção as sugestões seguintes que devidamente estudadas devem ser adotadas. A organização de uma Junta de Missões Nacionais com sede na Bahia, que, de acordo com a convenção, desenvolva a evangelização pátria, tendo para isto os poderes e meios necessários desde já (MESQUITA, 1962, p.37).

A atenção à evangelização nacional era a preocupação primordial dos batistas desde a chegada dos primeiros missionários. Não era de se esperar diferente, pois, embora a denominação estivesse criando instituições mais sólidas e consistentes, o trabalho ainda tinha intenções missionárias e seu esforço principal era conversionista. Segundo Mendonça, o proselitismo protestante brasileiro “sempre foi tríplice avivalista, polêmico e moralista” (MENDONÇA, 1984, p.207). Avivalista pois visava a conversão pessoal, polêmico no sentido de defender as doutrinas protestantes frente a outros credos e moralista pois impunha novas configurações morais em seus fiéis. A pregação era o motor de todas as outras atividades e, portanto, deveria ter um papel destacado na agenda da denominação. Além disso, segundo o parecer, era preciso evangelizar “com método”, ou seja, coordenados por um plano estratégico – e não de forma indiscriminada e arbitrária como era feito antes da CBB. Mais ainda,

os batistas precisavam ser “unidos” em seu intento evangelizatório, pois as atividades nesse sentido, até então, haviam sido desassociadas.

A Junta começou os trabalhos em 1908 com o envio de missionários ao Acre. O jornal *Estado do Acre* relatou a chegada dos batistas com bastante simpatia:

É sempre para nós cumprimento de dever informar o público sobre qualquer iniciativa útil e de largas consequências sobre o trabalho e espírito. É sempre motivo de entusiasmo nesta casa, noticiarmos qualquer movimento de progresso em nosso território, referindo-nos a qualquer empresa ou doutrinação que nesse sentido guie o espírito do povo acreano. Em Parangaba, seringal, sob a direção do Cel. Arnaldo Machado Vieira, há muito que a religião protestante tem seus adeptos fervorosos, tal a faculdade que esse nosso amigo dá ao seu pessoal, para que cada um siga os ditames da sua consciência. É por isso que ali os cultos têm franco desenvolvimento, uma vez baseados na ordem, nos são princípios. A 14 de março próximo passado Crispiniano Silva instalava um templo, com grande concorrência, efetuando nessa ocasião muitos batismos. O templo está levantado a três dias de distância dos rios Iacó e Acre (MESQUITA, 1962, p.39).

Também na Convenção de 1907, na sexta sessão, foi organizada a Junta de Missões Estrangeiras, com o objetivo de mandar missionários para o Chile. Na mesma assembleia foi decidido o envio de Bagbyao país andino a fim de acompanhar de perto os batistas que lá residiam. O missionário assim o fez e auxiliou os locais na fundação da União Batista Chilena, em 26 de abril de 1908. Pouco tempo depois da fundação já haviam cerca de 500 batistas e uma dezena de igrejas. Para apoiar o crescimento da denominação no Chile, os batistas brasileiros adotaram financeiramente dois pastores (Antônio Valdívia, chileno, e William MacDonald, estadunidense) no Chile que lideravam a União, de forma que os batistas chilenos puderam desligar-se da instituição interdenominacional que os acolhia, Missão da Aliança, e tornaram-se um trabalho autônomo ligado apenas financeiramente à CBB a partir de 1908 (MEIN, 1982, p.265).

Como foi dito acima, além da missão chilena, os batistas brasileiros, através da Junta de Missões Estrangeiras, enviaram apoio a Portugal. De modo semelhante ao procedimento em relação ao Chile, a Junta enviou Zacarias Taylor para o Porto, em Portugal, em 2 de novembro de 1908. Taylor foi visitar uma igreja que perdera seu pastor,

“Sr. Young”, inglês, que voltara à sua terra natal por motivo de enfermidade. Taylor ajuntou os membros conquistados durante o trabalho de Young, batizou por imersão dez pessoas (MEIN, 1982, p.266), e organizou uma igreja, chamada de Primeira Igreja Batista do Porto, em 27 de dezembro de 1908. Deixaram cuidando da igreja Jerônimo Teixeira de Souza, missionário brasileiro (MESQUITA, 1962, p.44).

A terceira junta formada na Convenção de 1907 foi a Junta de Educação e Seminário. A organização foi fundada com três ramificações internas: a Junta Administrativa do Colégio e Seminário, a Junta de Educação, ambas nascidas na Convenção de 1907, e a Sociedade Educadora, fundada posteriormente. A primeira seria a superintendente do funcionamento dos colégios e seminários batistas existentes e a entidade que planejaria os que seriam abertos. A segunda, Junta de Educação, seria responsável pelos programas de educação bíblico-teológica nas igrejas. Já a terceira, a Sociedade Educadora Batista do Brasil, “de difícil função, pretendia alistar todos os crentes por meio de contribuições mensais a fim de ajudar na educação dos filhos dos crentes, além de outras particularidades do seu programa” (MESQUITA, 1962, p.45). A Sociedade foi integrada à CBB após a assembleia de 1908. As outras duas juntas relacionadas à educação passariam a ser subdiretorias da mesma Sociedade. Para tal intento, Mesquita afirmou que “durante o resto do ano de 1908 foi feita grande propaganda a favor da Sociedade Educadora pelo presidente Dr. F. F. Soren, conseguindo-se o arrolamento de vários sócios contribuintes cujos fundos eram aplicados no auxílio a seminaristas” (MESQUITA, 1962, p.46).

A ideia de criar uma instituição de arrecadação de fundos para créditos estudantis de jovens em escolas e seminários batistas parecia uma saída interessante para a denominação no período, já que as recém-criadas instituições não possuíam muitos recursos e o pouco de recursos que tinham já estava sendo destinado a outros fins, como a evangelização direta. Entretanto, Mesquita afirma que a iniciativa não prosperou. O historiador não se preocupa sequer em explicar o fracasso da organização:

Com as poucas linhas que aí ficam, damos por findas as atividades da Junta de Educação e Sociedade Educadora. Poderíamos nos períodos seguintes traçar aqui e ali a sua fraca atuação, procurando reagir contra os elementos que lhe minavam a existência, mas parece que isto será perfeitamente dispensável, uma vez que nenhum papel relevante elas tiveram depois do período em que nasceram (MESQUITA, 1962, p.47).

Embora a Sociedade Educadora não tenha progredido, a Junta de Educação e Seminário registrou grandes avanços no período. A área educacional foi um problema a ser resolvido pelos batistas, pois muitos projetos haviam sido frustrados e muitas discussões aconteceram na Convenção de 1907 por esse motivo. Foi eleita



uma comissão especializada no assunto para dar parecer sobre os trabalhos desenvolvidos até então na área educacional (MESQUITA, 1962, p.27).

Os batistas até a Convenção de 1907 possuíam um seminário de formação de pastores, sediado em Recife, chamado Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil. A Comissão sugeriu que os batistas careciam de um seminário no sudeste brasileiro. Nesse movimento, J. W. Shepard, pastor e professor do seminário recifense, se mudou para o Rio de Janeiro com sua família para abrir um colégio e um seminário batista na cidade. A estratégia do missionário foi fazer campanhas nas igrejas e n'O *Jornal Batista* para arrecadação de fundos. Mesquita conta que os objetivos de Shepard estavam bem definidos no sentido de

estabelecer uma academia e um Seminário Teológico no Rio de Janeiro. Cuidar de fortalecer os colégios nos diversos estados. Obter recursos, tanto de fontes nacionais como estrangeiras, para a fundação de uma grande academia-seminário no Rio de Janeiro. Para fortalecer os colégios nos diversos estados, como também para fundar escolas nas diversas localidades das igrejas (MESQUITA, 1962, p.28).

Em 5 de março de 1908 foi fundado o colégio no Rio de Janeiro, chamado de Collegio Baptista Americano Brasileiro, em uma casa alugada no Largo da Segunda Feira, no bairro da Tijuca, pois “não possuíam os batistas, naquela época, um palmo de terra onde fundassem a instituição” (MESQUITA, 1962, p.28). Diversas instituições anunciaram a inauguração do colégio, começando pel'O *Jornal Batista*, que, em 2 de abril de 1908 publicou o discurso de inauguração da entidade, proferido por Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter, notório jurista e professor de direito e fundador da Faculdade de Direito da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O periódico *O Século* também publicou uma notícia sobre o início das atividades do colégio afirmando que tal instituição seria um dos “efeitos de nossas relações com o grande povo da América do Norte” e o colégio seguiria “os moldes americanos, que sobrepõem a prática ao classicismo e à teoria”(O SÉCULO, 1908, p.1). Para as elites do centro-sul do Brasil, a presença protestante seria interessante pois poderia ser uma forma de educar seus filhos aos moldes americanos e europeus diferentemente da educação católica oferecida no período, a qual sofria influências da antiga tradição educacional jesuítica. Portanto, a existência de um crescente mercado educacional protestante nas capitais do centro-sul contribuiu para uma maior tolerância da população em relação às denominações evangélicas no período (CAVALCANTI, 2001, p.83). A ideia de muitos missionários americanos no período

em relação ao proselitismo protestante era de usar o sistema educacional como um mecanismo de pregação protestante eficaz e com mais garantias de resposta do que os modelos de pregação tradicionais.

O jornal *O Escudeiro Batista*, editado pela missão batista em Campos dos Goytacazes, em maio de 1909, publicou uma defesa apresentada por W. Canadá, missionário batista americano radicado no Brasil no período, na reunião da Associação Batista Fluminense, que demonstrava a importância do colégio fundado no Rio de Janeiro para a denominação e anunciava a criação de uma ala de formação de professores normalistas na instituição. Segundo ele, o colégio, a partir de então poderia oferecer a comunidade “um curso especial de pedagogia, que tem por fim principal preparar àqueles que queiram dedicar-se ao trabalho de ensinar pelos métodos melhores e mais bem aceitos empregados geralmente na educação moderna” (O ESCUDEIRO BATISTA, 1909, p.2). Canadá conclui que a missão deveria enviar seus jovens para estudar no Rio de Janeiro pois “o evangelho forçosamente leva consigo a necessidade de ensino que por sua vez torna necessário as escolas, porém não pode haver escolas sem professores, nem professores sem preparo” (O ESCUDEIRO BATISTA, 1909, p.2). Além dos jornais batistas, outros periódicos publicaram anúncios do colégio batista do Rio de Janeiro, como *O Puritano* (O PURITANO, 1908, p.4), jornal presbiteriano, a *Gazeta de Notícias* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1908, p.4) e o *Correio da Manhã* (CORREIO DA MANHÃ, 1909, p.8), ambos não confessionais.

Logo depois, a Junta de Educação e Seminário inaugurou o Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, em 15 de março de 1908, no Rio de Janeiro. As esperanças eram que o seminário “seria a instituição padronadora de tôdas as instituições dos batistas no Brasil” (MESQUITA, 1962, p.31), no sentido de que ele seria a entidade formadora das lideranças que guiariam os batistas nos anos subsequentes. O Seminário localizado no Rio de Janeiro, ou Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, como foi chamado, tornou-se a principal instituição de formação de pastores batistas e a central de produção teológica batista no país em poucos anos. A existência e o crescimento do seminário estimularam o envio de mais missionários americanos para o Brasil e produziram mais ministros que assumiram novas frentes de pregação batistas.

Além dos seminários, uma rede de colégios batistas espalhados por algumas capitais, como Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Vitória e São Paulo formou o sistema educacional batista do período, totalmente gerenciado pela Junta de Educação e Seminário.

A seguinte a ser instituída foi a Junta da Casa Publicadora. Tal nome foi designado para a seção na primeira assembleia da CBB. A partir da segunda, em 1908, a organização se tornou Junta de Publicações. A missão da junta seria organizar o sistema editorial da denominação, gerir o funcionamento dos jornais e dos serviços gráficos e coordenar as publicações e a distribuição das obras literárias batistas pelas igrejas. O *Jornal Batista* passou a ser submetido a diretoria dessa junta, que, logo em seu ano de fundação aumentou o número de páginas do jornal de quatro para oito e seu preço de assinatura de 5\$ para 8\$.

A Junta de Publicações passou por um período de instabilidade institucional pois seu trabalho era muito correlato aos ofícios da Junta de Educação, que tinha outra diretoria e outros funcionários. Muitas vezes ambas realizavam as mesmas atividades sem uma definição de quem era a responsável pelo programa editorial e educacional da denominação. Além disso, a Junta de Publicações sofreu trocas muito frequentes em seus cargos diretores, fator que dificultou a continuidade dos projetos iniciais desenhados em sua fundação.

Na terceira assembleia anual da CBB, realizada em 1909, em Recife, O *Jornal Batista* foi elevado ao status de publicação oficial da Convenção. O periódico seria o veículo de divulgação das posições, determinações e agenda batistas de todo o Brasil. Além disso, o preço da assinatura anual foi baixado para 6\$, “tendo em consideração a pobreza dos muitos leitores que o desejavam ler” (MESQUITA, 1962, P.48). A partir da fundação da Junta, a Casa Publicadora Batista, editora da denominação, passou a produzir obras muito importantes para o ensino e a comunicação da denominação, fator que tornou a entidade uma das principais e mais duradouras da denominação, pois dela dependiam a unificação doutrinária e comunicacional dos batistas. Além do jornal principal, *O Jornal Batista*, a Casa Publicadora Batista editava o periódico *O Brasil Evangélico*, um jornal evangelístico voltado para o público não batista. O objetivo de uma publicação como essa era a pregação e a apresentação das doutrinas, estilo de vida e cosmovisão batistas ao público leigo. Também eram impressos livretos de lições dominicais para adultos e crianças, as

quais eram usadas nas igrejas nas escolas bíblicas dominicais, folhetos e encartes evangelísticos e o *Cantor Batista*, ou *Hinário do Cantor Cristão*, que era um compilado de letras e partituras para a liturgia dos cultos. Para o funcionamento dessa Junta eram enviados os donativos que “a convenção resolveu recomendar às igrejas para que tirem anualmente uma coleta para cada uma das sociedades bíblicas” (O JORNAL BATISTA, 1905, p.2).

A outra Junta relacionada à educação e ao ensino criada na assembleia convencional de 1907 foi a Junta de Escolas Dominicais. Como foi dito, as escolas dominicais, que recebiam material da Junta de Publicações, eram o local de doutrinação e catequese batista. Por isso tinham atenção especial em todas as igrejas. Segundo Mesquita, em 1907 eram publicados *O Infantil e Lições Dominicais para Adultos* pela Junta de Escolas Dominicais. Em 1909, foi publicado *O Amigo da Juventude*, material para alunos jovens e adolescentes. São relatadas 117 escolas dominicais com 157 classes em todo o país em 1907 (MESQUITA, 1962, p.49).

A última Junta originada na assembleia de 1907 foi a Junta de Mocidade Batista, pensada para ser uma promotora das Uniões de Mocidade Batista. As Uniões deveriam ser criadas em todas as igrejas batistas para agrupar jovens e adolescentes em torno do estudo bíblico, da socialização e do trabalho eclesiástico. Como a Convenção não tinha material publicado para juventude, uma página d’*O Jornal Batista* foi dedicada especialmente para esse público. Entretanto, a ideia inicial da convenção para as Uniões de Mocidade Batista não progrediu, pelo acúmulo de funções dos pastores responsáveis pela comissão, especialmente Salomão Ginsburg. O primeiro ano teve pouco trabalho desenvolvido a esse respeito, de forma que, na assembleia de 1908, o assunto veio à tona. A saída tomada foi:

(a) A escolha de um secretário geral que possa visitar todos os campos do Brasil. O atual, além de resignar o lugar, absolutamente não aceitará a reeleição porque não pode fazer justiça ao vasto campo de ação que tal cargo exige, (b) Recomendar às igrejas que experimentem introduzir a U.M.B. no seu seio (MESQUITA, 1962, p.50).

David Luke Hamilton foi o escolhido para tal função, mas também não obteve sucesso. No ano seguinte, na assembleia de 1909, os líderes denominacionais procuraram um novo homem para o cargo, mas não o encontraram, deixando Salomão Ginsburg no cargo enquanto a Convenção não encontrava um secretário ideal para o ofício. Em nossas pesquisas documentais, encontramos um folheto da

União de Mocidade Batista publicado em 1909, enquanto Ginsburg ainda era o secretário geral.



*Folheto da União de Mocidade Batista do Brasil, 1909. Fonte: Arquivo Betty Antunes de Oliveira, Curitiba, Paraná.*

Pode-se perceber alguns detalhes que dizem respeito à atuação da junta até então. O primeiro relaciona-se ao logotipo da instituição, que carrega uma figura muito similar ao brasão das Armas Nacionais, um dos quatro símbolos oficiais da república brasileira.

Entretanto, diferentemente do original, o símbolo batista carrega as iniciais “U”, “M” e “B”, de União de Mocidade Batista, em três das pontas da estrela, possui uma cruz na parte inferior da gravura, onde na original se encontra uma espada, e o lema, que não existe no brasão de Armas Nacionais, escrito por dentro da faixa é “Lealdade a Cristo”. Certamente os usos de figuras alusivas à república em instituições ligadas à juventude não são fruto de casualidade ou aleatoriedade, mas podem ser amostras de uma preocupação de uma educação cívica e republicana da juventude batista inserida nas Uniões de Mocidade Batistas. Além disso, mesclados com os símbolos republicanos, estão dispostas figuras religiosas, como o lema do logotipo e a cruz na parte inferior, e institucionais, as iniciais da entidade. De certa forma, é possível

notar uma conexão entre as três esferas nessa gravura: a república, a fé e as instituições.

O folheto também carrega um acróstico que forma a expressão “mocidade baptista”, onde cada letra inicia três qualidades que a instituição prezava que seus membros desenvolvessem no ano de 1909, que estava prestes a começar. Ademais, é possível reparar que em letras pequenas na parte inferior do folheto, a caixa postal da instituição é de Pernambuco, onde morava Salomão Ginsburg, o secretário geral da entidade no momento.



*Folheto da União de Mocidade Batista do Brasil, 1909. Fonte: Arquivo Betty Antunes de Oliveira, Curitiba, Paraná*

Na parte de trás do folheto, foi disposta uma foto de Zacarias Taylor, considerado presidente honorário da entidade, pois foi ele seu incentivador e fundador, e um espaço para anotações ou mensagens. Embora não tivesse se tornado uma proposta muito replicada nas igrejas locais em seus primeiros anos, talvez por ser diferente do que era considerado como primordial para as igrejas, as atividades da Junta de Mocidade Batista continuaram tendo investimento por parte da CBB, pois elas poderiam alcançar uma parcela da membresia batista que outros setores da instituição não conseguiam acessar.

## **Considerações finais**

A proposta de criação da CBB foi uma empreitada certa e direta em relação a centralização da denominação. É curioso que a sugestão de nacionalizar a administração batista tenha se originado de A. B. Deter, missionário americano radicado no Brasil a cerca de seis anos. A movimentação de Deter nesse sentido pode nos mostrar a pauta de um contingente significativo de batistas que esperavam e contavam com a nacionalização da liderança denominacional. Ou, menos por uma expressão de um grupo, talvez a proposta do missionário tenha se originado de um ponto de vista pessoal que atrelasse a nacionalização a uma produtividade maior das igrejas e dos membros à causa batista brasileira. Tanto por uma perspectiva quanto por outra, podemos perceber que o sucesso da criação da CBB e de suas juntas parece evidenciar certo consenso entre os batistas tanto a respeito da centralização da denominação quanto da nacionalização da liderança no Brasil.

De fato, após os primeiros quinze anos de presença batista missionária entre os brasileiros e o relativo estabelecimento de missões e igrejas no território nacional, houve relatos do princípio de uma preocupação das lideranças da denominação em produzir ministros nativos. Tais pastores formados em seminários no Brasil deveriam ser capazes de liderar alguns empreendimentos futuros e tornar as iniciativas até então esparsas e descoordenadas em ações orientadas por uma instituição central, a CBB. Como a proposta batista era diversificada, atuando tanto no proselitismo como na educação e em outras frentes de trabalho, a Convenção Batista Brasileira foi dividida em setores especializados nas grandes áreas mais emergentes no momento, como pudemos perceber na segunda seção deste artigo.

Desde então, a Convenção Batista Brasileira, demonstrado pela subdivisão de suas juntas, pôde definir quais são as prioridades em sua atuação em conjunto com as igrejas locais. O desenvolvimento dos estudos sobre as juntas da CBB pode elucidar onde esteve a preocupação da organização e como ela geriu suas mais emergentes demandas. Como pudemos notar no artigo, as tarefas de maior urgência e valor da instituição eram as evangelizações nacional e internacional, os trabalhos com juventudes, o ensino bíblico – especialmente através das escolas bíblicas dominicais -, a educação teológica e formação de novos ministros e a publicação de literatura batista em português.



Com a atuação sólida e bem estabelecida das juntas, os batistas puderam se tornar uma denominação, isto é, um grupo concorde, estável e coordenado por uma liderança consentida pelas diversas igrejas submetidas ao grupo. Sem a atuação de suas juntas, a Convenção Batista Brasileira não poderia ter se estabelecido, pois elas que eram os braços institucionais e de operação que tornaram os batistas, de um grupo pouco harmônico e muito disperso, em uma denominação que tinha unidade na gestão, na agenda e na teologia. As igrejas se beneficiaram da fundação da CBB em diversos aspectos, pois passaram a ter mais apoio, a colaborarem mais entre si e a ter um suporte jurídico-institucional que lhes dava mais segurança. Entretanto, o preço pago em contrapartida foi a entrega voluntária de sua soberania e autonomia local para essa instituição gestora, a qual, a partir de então, passou a tomar as decisões e a direcionar as igrejas segundo os interesses da denominação como um todo.

### Fontes primárias

O Escudeiro Batista. Campos dos Goytacazes: maio de 1909, p.2

O Puritano. Rio de Janeiro: 3 de setembro de 1908, p.4

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 30 de janeiro de 1908, p.4.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 3 de março de 1909, p.8.

Art. 1º. Actas da 1ª reunião da Convenção Baptista Brasileira, 1907. APUD REILY, op. cit., p. 178.

Art. 2º. Actas da 1ª reunião da Convenção Baptista Brasileira, 1907. APUD REILY, op. cit., p.178.

Jornal O Século. Rio de Janeiro: 29 de janeiro de 1908, p.1.

*O Jornal Batista*. Rio de Janeiro: 27 de junho de 1905, p. 2.

### Referências bibliográficas

AMARAL, Othon Ávila. **Marcos Batistas Pioneiros**. Mesquita: Edição do autor, 2001.

**ANNUAL OF THE SOUTHERN BAPTIST CONVENTION**- 1908: containing the proceedings of the fifty-third session sixty-third year and the reports of the boards of the convention general denominational statistics and list of active pastors. Nashville: Marshall & Bruce Co., 1908, p.70.





ARAÚJO, João Pedro Gonçalves. **Histórias, tradições e pensamentos batistas.**

As mulheres estejam caladas. Fonte Editorial: São Paulo, 2015, p.15-51.

CAVALCANTI, H. B. **O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19:** Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 4, p.61-93, 2001, p.83.

**FOREIGN MISSION JOURNAL.** Richmond, Virgínia: Foreign Mission Board, Southern Baptist Convention, v. 58, ago. 1907. Mensal. p. 53.

**FOREIGN MISSION JOURNAL.** Richmond, Virgínia: Foreign Mission Board, Southern Baptist Convention, v. 59, set. 1907. Mensal. p. 81.

HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby do Brasil:** uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, p. 64.

MEIN, David. **O que Deus tem feito.** Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p.262.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir:** a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MESQUITA, Antônio Neves de. **História dos batistas no Brasil:** de 1907 até 1935. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

PEREIRA, José dos Reis. **História dos Batistas no Brasil.** 3<sup>a</sup> ed. Ampliada e atualizada. JUERP: Rio de Janeiro, 2001.

REILY, Alexander Duncan. **História Documental do Protestantismo no Brasil** – 3<sup>a</sup> ed – São Paulo: ASTE, 2003.

Recebido em: 21/04/2020

Aceito em: 19/05/2020